



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

O PAPEL ECONÔMICO DA MOEDA SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS¹

Romualdo Kohler², Marcos Prestes de Oliveira³.

¹ Projeto de pesquisa vinculado ao Grupo de Pesquisa Economia, Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Regional - UNIJUI.

² Professor do Curso de Economia do DACEC/UNIJUI - Economista com graduação em Administração de Empresas, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas, com Mestrado em Desenvolvimento Regional e Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones - UNaM, Misiones/Argentina.

³ Bacharel em Economia - UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Resumo - Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel econômico das moedas sociais no dinamismo da produção local, a partir das especificidades do território na determinação de sua base monetária. No ensaio teórico, se procurou avaliar a importância das moedas sociais, sua relação com a base monetária local e/ou na aceleração da velocidade de circulação da moeda, no intuito de prospectar sua capacidade de se constituir como um instrumento complementar para dinamização da economia local, ocupando recursos ociosos, principalmente com a inclusão da parcela da sociedade que se encontra na periferia do processo econômico.

Palavras-chave: moeda social, economia local, base monetária local.

Introdução:

Ao longo do tempo, vem surgindo iniciativas mundo afora de introdução de instrumentos monetários para interferir no desenvolvimento local, geralmente em comunidades carentes decididas a mudar sua realidade. Esses instrumentos monetários são os chamados de moedas sociais que, em tese, tende a dinamizar pequenas economias periféricas, ocupando recursos ociosos, aumentando renda e reduzindo a relação entre necessidades efetivas e necessidades satisfeitas.

Para avaliar os efeitos, se resgatou o debate teórico da economia monetária desde seus primórdios até o confronto de idéias entre clássicos e keynesianos, em especial, em torno da neutralidade ou não da moeda sobre a parte real da economia e da exogeneidade ou endogeneidade da oferta de moeda. Posteriormente, se avançou para a caracterização da base econômica local a partir da estruturação de uma balança de pagamentos que retrata a dinâmica real e monetária com seu exterior. Por fim, se procurou enquadrar as moedas sociais nesse contexto, por ser um tema com potencial exploratório com vistas à dinamização da economia local, com epígrafe na premissa de que esse tipo de instrumento tem a capacidade de ampliar a base monetária local e/ou acelerar a velocidade de circulação da moeda.

Metodologia:





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

O estudo se constitui em um ensaio teórico sobre o papel econômico das moedas sociais no desenvolvimento de municípios. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o resgate dos principais autores que tratam teoricamente dos efeitos da moeda na economia e das experiências reais com moedas sociais. Assim, primeiramente se buscou reavivar o debate sobre a neutralidade ou não da moeda na economia real, para após adentrar no dimensionamento da base econômica local e, por fim, aprofundar a reflexão sobre o papel da moeda social neste contexto.

Resultados e discussão:

A evolução da moeda ao longo o tempo serve de base para afirmar as funções e as características necessárias para que um instrumento monetário desempenhe bem o seu papel na economia. Embora sem um conceito consensual, se pode definir moeda como qualquer bem ou instrumento que, aceito por uma coletividade, serve como intermediário de trocas, se constitui em uma unidade de conta e representa uma reserva de valor. Portanto a moeda pode adquirir uma materialidade física num bem como apenas se constituir em um instrumento que sirva de ponte nas transações, desde que esse meio a condição básica de ser aceito por um coletivo, ou seja, reconhecido como tal pela sociedade como um todo ou de um grupo de agentes que se relacionam economicamente.

Desde os primórdios, a principal controvérsia, tanto na teoria como na prática das emissões de papel-moeda pelos bancos, perpassou sobre qual seria o nível ótimo da oferta monetária que não gerasse distúrbios inflacionários. Dois blocos antagônicos foram formados, de um lado a Currency School e de outro a Banking School. A Currency School afirmava que emissões de papel-moeda em excesso acabariam por gerar distúrbios nos preços, depreciando ao mesmo tempo a moeda e a taxa de câmbio, sendo recomendado o controle da oferta de moeda. Portanto, a moeda era considerada uma variável exógena e neutra, sendo determinada pelas autoridades monetárias que deviam zelar pelo seu poder de compra e que o nível geral de preços da economia estava em função da oferta monetária. Já a Banking School posicionava-se de forma totalmente contrária, afirmando que a moeda seria endógena ao sistema, pois deveria atender as necessidades dos negócios, ou seja, estes deveriam determinar sua quantidade e um controle na oferta não era benéfico, já que sua falta poderia reduzir as trocas.

Neste contexto de divergências quanto à endogeneidade ou exogeneidade da oferta de moeda, os expoentes da primeira escola científica do pensamento econômico, conhecida como clássica, eram categóricos em afirmar que a moeda é neutra no longo prazo em relação às variáveis reais da economia, ou seja, a produção e o emprego não são afetados pelo aumento ou diminuição da base monetária, ao contrário dos preços implicados em relação direta. A moeda no modelo clássico serve apenas de véu para as transações, visto que a economia opera sempre no pleno emprego e uma oferta bem regulada a partir de uma política monetária eficaz é suficiente para manter o nível de preços dentro do nível tolerado.

No contraponto teórico aos clássicos, o inglês John Maynard Keynes foi considerado um divisor de águas no pensamento econômico por rejeitar a passividade do modelo clássico na solução dos problemas econômicos e ao introduziu novos aspectos com relação à moeda. A moeda ganha um papel importante na sua teoria por seu aspecto de não neutralidade no dimensionamento das variáveis reais da economia, sendo considerada não apenas como um meio de troca para as transações, mas também se



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

caracterizava por ser uma importante reserva de valor. Portanto, para Keynes a moeda deixa de ser mera coadjuvante no sistema econômico, já que defende que sua interferência indireta na demanda agregada, via formação da taxa de juros, acaba por condicionar os investimentos que, por fim, afetam a produção e o nível de emprego.

Este debate teórico está longe de acabado, ficando aos suscedâneos dos clássicos e de Keynes o desafio da definição no entorno da neutralidade ou não da moeda, na definição do movimento dos preços e da exogeneidade ou endogeneidade da oferta. Contudo, como, no curto prazo, todos já admitem que a moeda afeta a parte real da economia, assumimos esta hipótese nesse trabalho, pois, como diria Keynes, “o longo prazo é formado de curtos prazos”.

O questionamento é de relevância para o entendimento da formação da base monetária local. Para Kohler (2003), as economias locais têm especificidades próprias quando comparadas ao nível macro dos Estados Nacionais, porque suas economias são extremamente abertas às transações para fora do território, com livre fluxo de bens, serviços, capitais, rendas e fatores de produção. Assim, o fluxo de comércio ganha importância, visto que, no local, é necessário importar bens e serviços (M) que não são produzidos internamente e são demandados pelas famílias. A premência de importar bens e serviços não produzidos internamente e, conseqüentemente, enviar renda interna para fora dos limites territoriais, implica, por conseqüência, que há a necessidade de se gerar renda para cobrir estas demandas, seja ela gerada pela dinâmica interna de produção para exportação, seja pela entrada de capitais externos que financiem esse processo.

Neste contexto, reproduzimos a estruturação proposta por Kohler (2011) de uma Balança de Pagamentos Local que captura os fluxos de renda oriundos do comércio, de serviços de fatores e não fatores de produção, de rendas e de capitais, buscando conformar todos os fluxos de renda resultantes da comunicação dessa economia com o exterior.

Quadro 1: Modelo de Balança de Pagamentos para a economia local

BALANÇA DE PAGAMENTOS DA ECONOMIA LOCAL

I - Conta de Transações Correntes (CTC) = (Bb + Bs + Br)

1- Balanço de Bens (Bb)

1.1- (Xb) Agregação por exportação de bens

1.2- (Mb) Desagregação por importações de bens

2- Balanço de Serviços de Não-Fatores (Bs)

2.1- (Xs) Agregação por exportações de serviços

2.2- (Ms) Desagregação por importações de serviços

3- Balanço de Rendas (Br)

3.1- (Rr) Agregação de rendas (transferências públicas, juros, lucros)

3.2- (Re) Desagregação de rendas (tributos estaduais e federais, juros, lucros)

II - Conta de Capitais (CK) = (Bka + Bm) = (-) (CTC)

4- Balanço de Capitais Autônomos (Bka)

4.1- Empréstimos e Financiamentos

4.2- Amortizações de Dívidas



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

4.3- Investimentos Diretos

5- Balanço monetário $(Bm) = (-) (CTC + Bka)$

5.1- Reservas em papel-moeda

5.2- Reservas bancárias

Movimentos no Estoque Financeiro $(Ef) = (CTC) = (-) (CK)$

Movimentos no Estoque Monetário $(Em) = (-) (Bm) = (CTC + Bka)$

Fonte: Kohler (2011, p.203).

De acordo com Kohler (2011) a estrutura proposta procura contemplar os movimentos a partir de duas contas básicas: a conta de transações correntes, que contempla todos os movimentos reais da economia com seu exterior; e, a conta de capitais, com os movimentos monetários e financeiros, que se constituem na contrapartida monetária aos fluxos reais das transações correntes. Estes fluxos determinam, em última análise, os movimentos no estoque monetário, ou, em outras palavras, definem a base monetária de uma economia local.

Além dos fatores exógenos e endógenos que determinam a base monetária temos, por fim a questão da velocidade de circulação da moeda, que para os economistas clássicos é constante, mas para Keynes, a partir da introdução da demanda especulativa, esta se torna variável no curto prazo. A partir do estudo de Kohler (2003, 2011) o estoque de moeda é limitante do crescimento, assim como a velocidade de sua circulação, que, em conjunto, conformam o véu da atividade econômica local.

Como foco dessa reflexão se verifica que mundo afora, há várias modalidades de moedas sociais, desde clubes de trocas até as que centralizam no microcrédito a perspectiva de dinamização da economia local, via inclusão no sistema de produção e consumo àqueles desprovidos de moeda pelo sistema de mercado. Em tese, as necessidades por bens e serviços providos internamente tenderão a aumentar, pelo fato das pessoas passarem a consumir localmente, condicionados pela circulação e abrangência da moeda social.

O fundamento lógico é que a introdução de moedas sociais em âmbito local, por sua circulação restrita e com objetivos específicos formulados por seus participantes, deixam implícitos impactos econômicos positivos como aumento do poder de compra e a inclusão dos indivíduos excluídos do processo econômico.

Neste contexto, diversas experiências afloram mundo afora, desde os clubes de trocas, de abrangência mais restrita por serem caracterizados essencialmente pela figura dos prossumidores, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, até experiências de moedas sociais de espectro mais amplo, geralmente emitidas por bancos comunitários e repassadas à comunidade local por meio de empréstimos e saques.

No caso dos primeiros, se trata de um sistema de moeda baseado no escambo, onde os participantes, demandantes e ofertantes, definem entre si uma unidade monetária comum a todos e sem lastro em moeda oficial, o que amplia o volume de moeda em circulação. Atualmente conhecidos por LETS, Local Exchange Trade System, os clubes de troca se estruturam fundamentalmente pelas trocas entre associados. Existem outras formas de moedas sociais, com os mesmos efeitos econômicos dos LETS por não serem lastreados na moeda oficial, como, por exemplo, a ITHACA HOURS, que surge, em



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

1991, na cidade de Ithaca, estado de New York - EUA, e que possui papel-moeda para viabilizar as transações, ou seja, também possibilita os negócios sem a compatibilidade de desejos.

De outra forma, as experiências contemporâneas de moedas sociais no Brasil se associam aos chamados bancos comunitários e se somam, segundo Freire (2011), em mais de 50 moedas que circulam em pequenos municípios ou bairros país afora, com nomes bastante diversificados, palmas, castanha, cocal, maracanã, guará, girassol, entre outros. A característica comum é que são lastreadas em nossa moeda oficial, o real. Ao contrário dos LETS, esse tipo de moeda social não expande a base monetária local, já que a emissão se dá pelo condicionamento ex-ante do lastro em moeda oficial, na relação de troca de 1 por 1. Contudo, os mecanismos utilizados na atração dos consumidores, permitem acelerar a velocidade de circulação da moeda na economia local, pela tendência de substituição das importações, o que privilegia a produção e geração de renda no território. De outra forma, a aceitação da moeda social pelos residentes participantes do processo estimula o consumo local e desperta o empreendedorismo, com a produção interna de bens e serviços adeptos ao véu do instrumento de troca próprio. A aceleração se dá por substituição de importações, já que ocorre em detrimento do consumo de alguns produtos de fora do território, desagregadores de moeda.

Por fim, nos dois tipos categorizados, os de ampliação da base monetária ou os de aceleração da velocidade de circulação da moeda, se verificam condições de potencialização de efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia local, para além de permitir a valorização dos indivíduos no campo sociológico.

Conclusões:

Na tentativa da elucidação dos seus efeitos na economia, divergências teóricas separaram pensadores na história econômica e, ainda hoje, é campo fértil para incursões investigativas, em especial, sobre a neutralidade ou não da moeda no produto. Neste ensaio, se corroborou a posição Keynesiana da não neutralidade, assim como, resgatando os trabalhos de Kohler (2003 - 2011), se defendeu a tese da endogeneidade da oferta da moeda local, determinada pelo fluxo monetário com seu exterior.

As moedas sociais, por sua vez, surgem como um instrumento alternativo para dinamizar a economia local e para viabilizar a inclusão dos marginalizados socioeconomicamente. A reflexão converge na direção de que, tanto as experiências que aumentam a base monetária local, quanto as que aceleram a velocidade de circulação da moeda, potencializam os efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia local, por estimular a produção de bens e serviços e a geração de renda. Essas não têm o papel de resolver por completo as dificuldades de economias empobrecidas, porém confere mais um instrumento para ações de intervenção, com vistas ao desenvolvimento endógeno.

Referências bibliográficas:

FREIRE, Marusa Vasconcelos. Moedas Sociais: Contributo em Prol de Um Marco Legal e Regulatório para as Moedas Sociais Circulantes Locais no Brasil. 2011. Tese, Universidade de Brasília, Brasília: 2011. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf>

KEYNES, Jonh Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Traduzido por Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1996. Tradução de: The General Theory of Employment, Interest and Money.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

KOHLER, Romualdo. Os fundamentos da macroeconomia local. G&DR, n.3, Taubaté, v.7, p.186-211, set./dez. 2011.

KOHLER, Romualdo. Simulações acerca da relação entre ofertas de moeda e crescimento de pequenas economias locais abertas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

KOHLER, Romualdo; SOUZA, Nali de Jesus de. A Oferta de Moeda e sua Relação com Crescimento Econômico Local. Desenvolvimento em Questão, n.4, Ijuí, p. 89–117, jul./dez. 2004.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia Monetária. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de Souza. Desenvolvimento Econômico. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.